



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 085/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE DENOMINAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS (DIREITOS DE NOME – “NAMING RIGHTS”), CRIA O FUNDO ESPECIAL DOS DIREITOS DE NOME E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE EMBU-GUAÇU.

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 088/2025, de autoria do Exmo. Sr. Vereador ELTON CAMARGO CORREA – SOLIDARIEDADE, projeto de lei que DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE DENOMINAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS (DIREITOS DE NOME – “NAMING RIGHTS”), CRIA O FUNDO ESPECIAL DOS DIREITOS DE NOME E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE EMBU-GUAÇU.

Regularmente autuado, folhas numeradas e rubricadas, o projeto foi recebido pela Secretaria Legislativa e encaminhado para análise desta Procuradoria, nos moldes do Regimento Interno da Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

No âmbito da produção legislativa municipal, a legalidade e a constitucionalidade de projeto de lei são avaliados sob as seguintes perspectivas:

- a) se a matéria legislativa é de competência municipal, conforme previsão da Constituição Federal de 1988;
- b) se não há vício de iniciativa para a proposição;
- c) possibilidade de violação a direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Sem adentrarmos em questões de conveniência e oportunidade, passamos analisamos como segue:

I –COMPETÊNCIA

Segundo a Carta Magna, em seu art. 30 , I, é da competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local:

Art. 30. compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

O Projeto de lei como se observa de seu texto, visa estabelecer normas para a concessão remunerada do direito de denominação complementar de equipamentos públicos municipais “naming rigts”, para o fim de captação de recursos ao erário municipal.

Portanto, trata-se de assunto de interesse local, pelo que não se observa vício de competência.

II – DA INICIATIVA:



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

No caso em análise, trata-se de projeto de lei de iniciativa do Vereador Municipal.

Nos termos do que dispõe o artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a iniciativa de Leis Ordinárias, como é o caso em exame, cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, Prefeito e iniciativa popular, de pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado.

O Projeto de lei visa a concessão onerosa do direito de denominação de equipamentos públicos municipais (direitos de nome – “naming rights”), cria o fundo especial dos direitos de nome e estabelece critérios para sua aplicação no município de Embu-Guaçu.

Portanto, trata-se de assunto de interesse local, pelo que não se observa vício de competência.

III –LEGALIDADE

No projeto em questão não se verifica modificação de estrutura administrativa, aumento ou renúncia de despesas ou interferência nos atos típicos de gestão do Poder Executivo.

Apenas ressaltando a vigente Lei Municipal nº 3.341 de 07 de maio de 2025 que alterou a Lei 668, de maio de 1989, acerca da alteração dos nomes dos próprios municipais, respeitando a importância histórica dos nomes dados aos imóveis e locais públicos, sendo que o presente, trata de nome complementar segundo se observa do artigo 1º do Projeto, sem supressão ou alteração do nome principal do próprio público.

IV – Conclusão



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Presentes os requisitos para a nomeação de via pública como pretendido pelo Projeto de Lei em exame, esta Procuradoria opina pela legalidade do projeto de lei.

A emissão de parecer por estar Procuradoria não substitui os pareceres das comissões Permanentes, porquanto, essas são compostas por representantes eleitos pelo povo e por isso detém efetiva legitimidade do Parlamento.

A opinião jurídica neste parecer não tem força vinculante, podendo ser acatada ou não pelos membros desta nobre Casa Legislativa.

É o parecer.

Câmara Municipal de Embu-Guaçu, 07 de outubro de 2025.

RODRIGO VINICIUS ALBERTON – OAB/SP 167.139